



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CS
N.º Único 614602
Entrada / ~~Saida~~ n.º 444 Data 28/09/18

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 28 de setembro de 2018

Assunto: Audição urgente das estruturas sindicais representativas dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (STSS, SFP, SINTAP, SINDITE) e da Secretária de Estado da Saúde, Rosa Valente de Matos.

Os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica há muito que lutam por algo da mais elementar justiça: o reconhecimento das suas carreiras profissionais e o pagamento condigno do trabalho que fazem.

Estes trabalhadores são licenciados e obtêm cada vez mais formação e diferenciação, mas continuam sem serem remunerados como um técnico superior (que são); estes trabalhadores são absolutamente essenciais ao Serviço Nacional de Saúde, mas continuam sem ser valorizados como tal.

A luta por uma nova carreira dura há quase duas décadas e é já mais do que tempo de a concluir.

Em agosto de 2017 foram publicados diplomas com o novo regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica. No entanto, e desde então, continuam por acordar os termos em que se faz a transição da antiga carreira para a nova carreira, como continua por definir a grelha salarial e a progressão de carreira a aplicar.

De facto, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica vivem, há já mais de um ano, numa situação em que a antiga carreira foi extinta, mas a nova continua inacessível.

O Governo e a plataforma sindical representante dos trabalhadores têm feito várias rondas negociais ao longo destes meses, mas sempre sem sucesso, uma vez que as propostas do Governo ficam bem aquém do necessário para uma verdadeira valorização dos profissionais e dignificação do seu trabalho.

Remuneração de início de carreira significativamente inferior à praticada com outros técnicos superiores, perspetivas de progressão quase inexistentes, resistência em contar com os anos de serviço para efeitos de progressão em carreira ou proposta de colocação da quase totalidade dos profissionais na base da carreira são algumas das propostas claramente insuficientes que têm sido avançadas pelo Governo.

Perante toda esta situação e porque a situação se arrasta há demasiado tempo, o Bloco de Esquerda questionou o Ministério em audição na Comissão de Saúde, no passado dia 21 de setembro. Em resposta, a Secretária de Estado da Saúde informou o Parlamento que o processo de negociação com os TSDT deveria estar concluído no dia 27 de setembro, uma vez que o Governo teria uma proposta que iria deixar os profissionais satisfeitos. Tal não aconteceu.

Depois dessa reunião de dia 27 de setembro, os representantes dos trabalhadores anunciaram uma vigília em frente ao Ministério das Finanças e anunciaram o início de mais um período de contestação que se prolongará pelos meses de outubro e novembro. Os representantes dos trabalhadores disseram que a proposta que o Governo apresentou foi “pouco mais do que tinha apresentado nos últimos meses” e que insistia em colocar 97% dos profissionais na base da carreira, ou seja, insistia em ignorar os anos de trabalho destes profissionais, não os relevando para progressão em carreira.

O não acordo, conforme tinha sido antecipado pela Secretária de Estado, e a não resolução de uma situação que se arrasta há tempo de mais, exige explicações e esclarecimentos.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente das estruturas sindicais representativas dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (STSS, SFP, SINTAP, SINDITE) e da Secretária de Estado da Saúde, Rosa Valente de Matos.

O Deputado do Bloco de Esquerda,
Moisés Ferreira

